

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, CONTÁBEIS E COMÉRCIO**  
**INTERNACIONAL**  
**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**SARA CRISTINA CATUZZO**

**OS REFLEXOS DA ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE**  
**CONTABILIDADE- IFRS NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS TRÊS**  
**MAIORES EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO**

Monografia apresentada como requisito  
para a obtenção do Grau de Bacharel  
em Ciências Contábeis da  
Universidade de Caxias do Sul  
Orientador: Prof. Ms. Alex Eckert

**CAXIAS DO SUL**

**2012**

**SARA CRISTINA CATUZZO**

**OS REFLEXOS DA ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE  
CONTABILIDADE- IFRS NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS TRÊS  
MAIORES EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO**

Monografia apresentada como requisito  
para a obtenção do Grau de Bacharel  
em Ciências Contábeis da  
Universidade de Caxias do Sul  
Orientador: Prof. Ms. Alex Eckert

Aprovado (a) em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Banca Examinadora:**

**Presidente**

-----  
**Prof. Ms. Alex Eckert**  
**Universidade de Caxias do Sul - UCS**

**Examinadores:**

-----  
**Prof.**  
**Universidade de Caxias do Sul - UCS**

-----  
**Prof.**  
**Universidade de Caxias do Sul - UCS**

## **DEDICATÓRIA**

A todos vocês, sempre estiveram ao meu lado, me incentivando e apoiando, em especial aos meus pais e meu noivo, que muito contribuíram para que este trabalho atingisse seus objetivos.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero expressar meus agradecimentos a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que este trabalho fosse realizado. Em especial ao meu orientador, Prof. Ms. Alex Eckert, pela sua competência e orientação durante todo o desenvolvimento desta monografia. Agradeço de forma toda especial, aos meus pais, pelo exemplo, pelo amor, pela compreensão e apoio dedicados, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho, por acreditarem em mim para que juntos realizássemos este sonho.

## **PENSAMENTO**

Perdido seja para nós aquele dia em que não se dançou nem uma vez! E falsa seja para nós toda a verdade que não tenha sido acompanhada por uma gargalhada!

Friedrich Nietzsche

## RESUMO

A contabilidade no Brasil está se adequando ao modelo internacional para a elaboração das demonstrações contábeis, sendo significativo o estudo desse processo de convergência e padronização para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Esta convergência foi regulamentada pela entrada em vigor da Lei nº. 11.638/07, atendendo de uma forma mais abrangente todos os usuários das informações contábeis e despertando interesse de estudo pelos profissionais da área contábil. Estes devem estar atentos as constantes mudanças, prestando auxílio nas tomadas de decisão suprimindo essa nova necessidade do mercado, através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e outros organismos da área contábil que foram criados para esta finalidade (atualização e adequação as novas normas). Essa pesquisa busca responder a seguinte pergunta: quais os reflexos da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade- IFRS no patrimônio líquido das três maiores empresas brasileiras de capital aberto? Para responder essa questão elaborou-se uma pesquisa bibliográfica e para facilitar o entendimento dos conceitos apresentados no referencial teórico, foram escolhidas as três empresas com maior Patrimônio Líquido Legal do ano de 2010, através dos dados apresentados pela Revista Exame. O estudo de múltiplos casos oferece a comparação para verificação das mudanças ocorridas. Concluiu-se que as mudanças ocorridas nas demonstrações contábeis a partir do ano de 2008 nas três companhias foram visíveis e importantes para a padronização e convergência.

**Palavras-chave:** Demonstrações Contábeis. Normas Internacionais de Contabilidade. Companhia de Capital Aberto.

## LISTA DE SIGLAS

AAC – Ajustes Acumulados de Conversão  
AAP – Ajustes de Avaliação Patrimonial  
AFAC – Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital  
AFRMM – Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante  
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica  
CAC- Contribuição Adicional de Capital  
CCR – Custo de Captação de Recursos  
CFC – Conselho Federal de Contabilidade  
CNAEE – Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica  
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis  
CR – Capital Realizado  
CS – Capital Social  
CVM – Comissão de Valores Mobiliários  
DAP – Dividendo Adicional Proposto  
DFC – Demonstração de Fluxo de Caixa  
DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos  
DVA – Demonstração do Valor Adicionado  
GAAP – *Generally Accepted Accounting Principles*  
IAS – *International Accounting Standards*  
IASB – *International Accounting Standards Board*  
IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil  
IFRS – *International Financial Reporting Standards*  
ORA – Outros Resultados Abrangentes  
PANC – Participação dos Acionistas Não Controladores  
PCGA – Princípios Contábeis Geralmente Aceitos  
PIB – Produto Interno Bruto  
PND – Programa Nacional de Desestatização  
RC – Reservas de Capital  
RCEA – Resultado na Conversão/Emissão de Ações  
RCMA – Recursos Vinculados a Futura Conversão Mandatória em Ações  
RL – Reservas de Lucros

ROAC – Resultado de Operações com Acionistas Não Controladores

RR – Reserva de Reavaliação



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO .....	11
1.2	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA .....	12
1.3	OBJETIVOS .....	13
<b>1.3.1</b>	<b>Objetivo geral .....</b>	<b>13</b>
<b>1.3.2</b>	<b>Objetivos específicos .....</b>	<b>13</b>
1.4	METODOLOGIA .....	14
1.5	ESTRUTURA DO ESTUDO .....	15
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>16</b>
2.1	CONTABILIDADE .....	16
2.2	NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE .....	17
2.3	ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	18
2.4	ESTRUTURA DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	21
2.5	AS MUDANÇAS NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	22
2.6	SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO .....	24
<b>3</b>	<b>ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS EMPRESAS SELECIONADAS .....</b>	<b>26</b>
3.1	PETROBRÁS – 1ª DO RANKING .....	26
<b>3.1.1</b>	<b>Breve Histórico da Petrobrás .....</b>	<b>26</b>
<b>3.1.2</b>	<b>Apresentação do Patrimônio Líquido de 2006 à 2011 .....</b>	<b>26</b>
<b>3.1.3</b>	<b>Análise das Principais Alterações do Patrimônio Líquido com base no Balanço Patrimonial e nas notas explicativas .....</b>	<b>27</b>
3.2	VALE S.A. – 2ª DO RANKING .....	30
<b>3.2.1</b>	<b>Breve Histórico da Vale .....</b>	<b>30</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Apresentação do Patrimônio Líquido de 2006 à 2011 .....</b>	<b>30</b>
<b>3.2.3</b>	<b>Análise das Principais Alterações do Patrimônio Líquido com base no Balanço Patrimonial e nas notas explicativas .....</b>	<b>32</b>
3.3	ELETROBRÁS – 3ª DO RANKING .....	35
<b>3.3.1</b>	<b>Breve Histórico da Eletrobrás .....</b>	<b>35</b>
<b>3.3.2</b>	<b>Apresentação do Patrimônio Líquido de 2006 à 2011 .....</b>	<b>36</b>
<b>3.3.3</b>	<b>Análise das Principais Alterações do Patrimônio Líquido com base no Balanço Patrimonial e nas notas explicativas .....</b>	<b>36</b>
3.4	CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DE CASO .....	40
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>42</b>

**REFERÊNCIAS.....44**

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Até alguns anos atrás cada país possuía suas próprias normas de contabilidade, atendendo suas necessidades, porém sempre respeitando os aspectos contábeis básicos, que são premissas básicas acerca de fenômenos econômicos-financeiros estudados pela contabilidade após a comprovação dos fatos observados e analisados na realidade econômica.

A contabilidade no Brasil utilizou durante muito tempo os critérios contábeis da Legislação Societária Brasileira – Lei nº. 6.404/76 (BR GAAP) para elaboração das demonstrações contábeis, diferente do modelo internacional. A globalização é fundamental para o equilíbrio da economia e a sobrevivência das empresas e tem influência significativa no processo de convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

As empresas estão consolidando suas demonstrações no padrão internacional para que os usuários destas informações visualizem claramente a situação da empresa.

Na análise das demonstrações contábeis as diferenças normativas existentes, em termos de resultado podem configurar resultado maior, menor, igual ou prejuízo, podendo afetar significativamente decisões em negócios entre diferentes países. A facilidade na compreensão das informações que servem como base para a tomada de decisão são de extrema importância dando condições para a adequada análise.

A convergência para o padrão internacional foi regulamentada pela entrada em vigor da Lei nº. 11.638/07, atendendo de uma forma mais abrangente todos os usuários das informações contábeis.

Os profissionais da área contábil devem estar atentos as constantes mudanças, com atualização e qualificação permanentes, visando a harmonização com o cenário da contabilidade atual. Estes conhecimentos são solicitados para auxílio na tomada de decisões suprimindo as novas necessidades do mercado.

O tema é de extrema relevância para fins acadêmico, científico e profissional. Trata-se de um assunto recente e que possui aspectos desconhecidos ainda para muitos profissionais, alunos, gestores, professores e a quem mais interessar, por isso, entende-se necessária a realização de trabalhos e pesquisas nessa área.

Do ponto de vista acadêmico, verifica-se a necessidade da pesquisa de assuntos recentes para que professores e alunos percebam aspectos que se modificaram no cenário atual da contabilidade, agregando novos conhecimentos, que, conseqüentemente serão repassados a demais pessoas envolvidas no meio e, também, gerando novos trabalhos sobre o tema.

Profissionalmente, a realização deste trabalho pode ajudar a esclarecer dúvidas existentes quanto as vantagens e desvantagens da padronização das demonstrações contábeis e os reflexos disso em companhias de capital aberto, tornando-se necessária a análise, discussão e estudo do tema.

Diante do exposto, entende-se que o tema apresentado é de grande importância, tanto para fins acadêmicos, científicos e profissionais, justificando-se plenamente a sua realização.

## 1.2 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A motivação para a escolha do tema é devido ao fato do interesse do autor nas mudanças que estão acontecendo com a adequação das Normas Contábeis Brasileiras às Normas Internacionais de Contabilidade. Ou seja, este tema tem muita importância pois a Contabilidade Brasileira está em transição para o modelo Internacional, trazendo para as empresas a padronização das Demonstrações Contábeis, refletindo em benefícios aos investidores mundiais e demais usuários destas informações.

Sabe-se que a finalidade da Contabilidade é assegurar o controle do patrimônio e fornecer as informações sobre a composição e variações patrimoniais, bem como o resultado das atividades econômicas envolvidas através de demonstrações contábeis que servem como instrumento para a tomada de decisões dos usuários destas informações.

Atualmente no Brasil, existe um grande número de empresas que tem sua matriz ou filiais em outros países. Percebe-se a necessidade da consolidação das demonstrações em um modelo padrão, para que não sejam distorcidas as informações destas empresas na tomada de decisão, inclusive estendendo-se aos investidores ao redor do mundo.

As Normas Internacionais de Contabilidade ou IFRS – *International Financial Reporting Standards* foram adotadas pelo Brasil para que essa padronização possa

ser realizada. O prazo para adequação era o ano de 2010 para todas as empresas, ou seja, as empresas de capital aberto, de capital fechado de médio e grande porte.

Os profissionais contábeis estão em busca de auxílio para a atualização e adequação as novas normas. O CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em conjunto com outros organismos da área contábil, foi criado para aproximar o Brasil dos padrões internacionais, fazendo a tradução das IASB (*International Accounting Standards Board*). Contudo, essa mudança tem provocado muitas dúvidas na forma de contabilização de algumas transações efetuadas pelas empresas.

O tema proposto é de grande abrangência sobre as alterações que devem ser consideradas nas companhias de capital aberto. Portanto, definiu-se como delimitação do tema para pesquisa os reflexos da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade- IFRS no Patrimônio Líquido das três maiores empresas de capital aberto.

Com base na delimitação do tema de pesquisa proposto, a questão de pesquisa para o estudo é: Quais os reflexos da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade- IFRS no Patrimônio Líquido das três maiores empresas brasileiras de capital aberto?

Por maiores empresas brasileiras, definiu-se que são as empresas que tem maior Patrimônio Líquido Legal no ano de 2010 de acordo com a Revista Exame.

## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 Objetivo geral

Verificar e analisar quais os reflexos da adoção das Normas Internacionais de contabilidade no Patrimônio Líquido das três maiores empresas brasileiras de capital aberto.

### 1.3.2 Objetivos específicos

- Fazer o levantamento bibliográfico relacionado as normas internacionais de contabilidade.
- Analisar a estrutura das contas do Patrimônio Líquido das empresas estudadas.

- Apresentar a evolução da adoção das normas internacionais no patrimônio líquido da companhia.

#### 1.4 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos esta pesquisa se classifica como descritiva. Köche (2010, p. 124) aponta que a pesquisa descritiva possui característica de averiguar duas ou mais variáveis, sem que haja intervenção na pesquisa. Para Cervo e Bervian (2002, p. 67) “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”.

Em relação aos procedimentos o estudo classifica-se como estudo de caso multicaso. O estudo de caso, para Cervo e Bervian (2002, p. 67) “é a pesquisa sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo do seu universo, para examinar aspectos variados de sua vida”. Para Gil (1999, p. 72), “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”.

Por fim, em relação à abordagem classificou-se como qualitativa, pois não se pretende enumerar ou medir dados quantificáveis, mas sim uma análise de conteúdo. Richardson (1999, p.72) define que nas pesquisas qualitativas “a análise de conteúdo utiliza como material de estudo qualquer forma de comunicação, usualmente documentos escritos, como livros, periódicos, jornais (...)”.

Diante das afirmações dos autores, entende-se que as metodologias escolhidas são as mais adequadas para o tipo de estudo proposto.

Para o estudo se utilizará o levantamento bibliográfico de obras (livros, revistas, artigos, etc) que versem sobre as Normas Internacionais de Contabilidade, contabilidade em companhia de capital aberto e outros assuntos relacionados ao tema a ser pesquisado.

Será feita pesquisa junto à biblioteca central da UCS para verificar a existência de pesquisas anteriores (monografias e estágios) que versem sobre o assunto a ser pesquisado, e também pesquisa em internet de obras que tratem desse tema.

## 1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo são apresentadas a importância e relevância do problema de pesquisa proposto, bem como a questão da pesquisa e seus objetivos gerais e específicos. Este capítulo aborda também a metodologia e a estrutura do estudo.

No segundo capítulo é apresentado o resultado da revisão da literatura, expondo o que já foi pesquisado para comparação com os resultados e conclusões do trabalho executado. Ainda no segundo capítulo, são explicitadas as principais mudanças com a adoção às normas internacionais, tanto no mundo como no Brasil, as principais mudanças que ocorreram com a adequação das empresas ao padrão internacional de contabilidade.

No terceiro capítulo são apresentadas as principais mudanças que as companhias de capital aberto sofreram nos últimos seis anos, através do estudo multicaso. Neste capítulo ainda são abordados os reflexos obtidos através desta mudança e as considerações do autor.

No quarto e último capítulo, é apresentada a análise e conclusão dos resultados obtidos a respeito do estudo realizado.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 CONTABILIDADE

Os autores Iudícibus, Marion e Faria (2009) afirmam que a contabilidade é uma ciência social aplicada e não uma ciência exata, pois é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial. Todavia, a Contabilidade utiliza os métodos quantitativos através da matemática e da estatística como sua principal ferramenta. Outra definição, de Sá (2010), relata a contabilidade como sendo a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais.

De acordo com Athar (2005, p.3), “a contabilidade informa, coleta, registra, resume e interpreta dados e fenômenos que afetam a situação patrimonial, financeira e econômica de qualquer entidade.”

Quanto ao objetivo da contabilidade, Iudícibus, Marion e Faria (2009) entendem que:

O objetivo da Contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade. (IUDÍCIBUS, MARION E FARIA, 2009, p. 33).

Marion (2008) apresenta a contabilidade como o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Para os autores Greco, Gärtner e Arend (2009, p. 2) os fins da contabilidade são assegurar o controle do patrimônio, fornecendo as informações sobre a composição e variações patrimoniais, bem como o resultado das atividades econômicas desenvolvidas.

Schmidt, Santos e Fernandes (2006, p. 11) dizem que “a contabilidade foi criada, há mais de dez mil anos, a partir da necessidade de se mensurarem e relatarem recursos das organizações”. Ressaltam também que o aumento da população e as oportunidades econômicas oferecidas pelas Cruzadas trouxeram o desenvolvimento social e econômico do Norte da Itália, surgindo assim os primeiros sistemas de contabilização.



A obra do Frei Luca Pacioli divulgou o método das partidas dobradas (século XIII ou XIV), após houve grande impulso da escola italiana de contabilidade espalhando-se por toda a Europa. (FAVERO, 2011)

Este frade franciscano publicou, em Veneza, a *Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalita*, em 1494, um texto no qual se distingue, para a história da Contabilidade, o *Tractatus de Computis et Scripturis*, talvez a primeira exposição sistemática e completa dos procedimentos contábeis as partidas dobradas de que se tem notícia. (IUDÍCIBUS, MARION E FARIA, 2009)

De acordo com Iudícibus, Marion e Faria (2009, p. 14), o início do século XX presenciou a queda da chamada Escola Européia, mais especificamente a Italiana, e a ascensão da chamada Escola Norte-americana no mundo contábil,

Quanto ao método das partidas dobradas percebe-se que:

A industrialização da América do Norte, parcialmente em resposta aos investimentos britânicos em seguros e ferrovias, levou adiante a expansão do uso das partidas dobradas. Assim, esse conhecimento das partidas dobradas foi disseminado a partir da Europa, especialmente Espanha e Inglaterra, para a América. Devido a sua grande ascensão econômica, os Estados Unidos se transformaram no principal centro de desenvolvimento da teoria contábil e dos modelos de relatórios financeiros. (SCHMIDT, SANTOS E FERNANDES, 2006, p.11,12).

No próximo tópico são abordadas as normas internacionais de contabilidade.

## 2.2 NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Schmidt, Santos e Fernandes (2006) afirmam que muitos países e especialmente os europeus passaram a utilizar os padrões de relatórios financeiros internacionais- IFRS (*Internacional Financial Reporting Standards*), emitidos pelo IASB (*Internacional Accounting Standards Board*). Por certo, a determinação da União Européia de utilizar padrões de relatórios financeiros internacionais a partir de 2005 aumentou o desenvolvimento desse conjunto de padrões de contabilidade e aumentará a probabilidade de que eles se tornem norma padrão mundial.

Os mesmos autores destacam também que as constantes alterações da Lei das Sociedades por Ações são justificadas pelo processo de globalização da economia, tendo por objetivo principal criar condições para a harmonização da lei societária brasileira com a utilização das práticas contábeis internacionais, visando

eliminar as dificuldades de aceitação e interpretação de informações financeiras emitidas por empresas brasileiras no cenário internacional, melhorando sua qualidade e utilidade aos usuários externos.

Em relação às novas normas:

A internacionalização das normas contábeis brasileiras permite uma melhor comparabilidade das demonstrações contábeis de nossas empresas com aquelas elaboradas em outros países, e que adotem os mesmos procedimentos. A padronização mundial reduz ainda as divergências dos usuários da Contabilidade com relação ao desempenho das empresas. (ASSAF NETO, 2010, P. 63).

Para Iudícibus, Marion e Faria (2009) as entidades mais atuantes no campo contábil tem sido o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi constituído a partir de 2007, com a promulgação da Lei 11.638, que veio alterar em alguns aspectos a Lei 6.404/76. O CPC vem divulgando alguns pronunciamentos relevantes e que estão se tornando instruções da CVM e Normas Brasileiras de Contabilidade.

### 2.3 ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

De acordo com Assaf Neto (2002) as demonstrações contábeis levantadas pelas empresas fornecem informações a respeito de sua posição econômica e financeira. Estas informações devem fornecer à administração da empresa os meios para proceder ao planejamento a curto e longo prazos e ao controle do desenvolvimento das atividades previstas. (BRAGA, 2009)

Para Braga (2009) as demonstrações contábeis são para utilização de usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e suas diversas necessidades. Estas demonstrações objetivam fornecer informações úteis na tomada de decisões.

Iudícibus (2010) ressalta que a Lei das Sociedades por Ações estabelece que as demonstrações financeiras, ou demonstrações contábeis, são elaboradas ao fim de cada exercício social com base na escrituração contábil. Tais como Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou

Prejuízos Acumulados, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, se for companhia aberta.

Sobre o Balanço Patrimonial afirma-se que:

É a demonstração que apresenta todos os bens e direitos da empresa – ativo –, assim como as obrigações – passivo exigível – em determinada data. A diferença entre Ativo e Passivo é chamada Patrimônio Líquido e representa o capital investido pelos proprietários da empresa, quer através de recursos trazidos de fora da empresa, quer gerados por esta em suas operações e retidos internamente. (MATARAZZO, 2010, p. 26).

Em determinado momento o balanço apresenta a posição patrimonial e financeira da empresa e compõe-se de três partes essenciais, ou três grandes grupos de contas: ativo, passivo e patrimônio líquido; classificados em grupos dispostos por ordem decrescente de grau de liquidez.(ASSAF NETO, 2002).

Sobre a demonstração de resultados do exercício afirma-se que:

A demonstração de resultados do exercício visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (lucro ou prejuízo) auferidos pela empresa em determinado exercício social, os quais são transferidos para contas do patrimônio líquido. O lucro (ou prejuízo) é resultante de receitas, custos e despesas incorridos pela empresa no período e apropriados segundo o regime de competência, ou seja, independentemente de que tenham sido valores pagos ou recebidos. (ASSAF NETO, 2002, p. 75).

Para Matarazzo a demonstração de resultados do exercício é uma demonstração que evidencia os aumentos e reduções causados no Patrimônio Líquido pelas operações empresariais, compreendendo todas as receitas e despesas e retratando apenas o fluxo econômico e não o monetário. (MATARAZZO, 2010)

Sobre as notas explicativas ressalta-se que:

Adicionalmente as demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos julgados oportunos ao melhor esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício e serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes, registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), caso a empresa seja companhia de capital aberto com ações negociadas em Bolsas de Valores. Os auditores independentes deverão emitir seu parecer sobre os registros contábeis e as demonstrações em si, efetuando ressalvas aos mesmos se assim for julgado necessário (...)”(SCHRICKEL, 1999, p. 50) .

Para Assaf Neto (2002) as notas explicativas são complemento obrigatório das demonstrações contábeis fazendo parte efetiva das publicações previstas na Lei das Sociedades por Ações. Não são demonstrações financeiras, apenas servem para complementá-las. (IUDÍCIBUS,2010).

Outro conceito para notas explicativas dado por Matarazzo (2010) conclui que notas explicativas são dados e informações que complementam as demonstrações financeiras e também fornecem critérios contábeis, como os de avaliação de estoques, depreciação e demais provisões, ou ainda acrescentam informações como espécies de ações do capital social, e eventos subsequentes à data do balanço que tenham relevância sobre a situação financeira.

Para Assaf Neto (2002), as demonstrações serão complementadas, além das notas explicativas por outros quadros analíticos e demonstrações acessórias como a Demonstração de Mutações Patrimoniais que não é obrigatória por Lei.

Sobre a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido define-se que:

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido apresenta as variações de todas as contas do patrimônio Líquido ocorridas entre dois balanços, independentemente da origem da variação, seja ela proveniente de aumento de capital mediante novos aportes ou de incorporação de lucros gerados no exercício, ou de simples transferência entre contas, dentro do próprio Patrimônio Líquido. (MATARAZZO, 2010, p. 31).

Para Assaf Neto (2002) na Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados apresenta as movimentações ocorridas na conta de lucros acumulados do Patrimônio líquido, fornecendo explicações sobre seu comportamento durante o exercício social. Todavia, para Matarazzo (2010), esta demonstração é prevista legalmente, mas encontra-se embutida na Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido como uma coluna.

O mesmo autor afirma, também, que estaticamente, em determinado momento, o balanço patrimonial apresenta o passivo como a origem dos recursos utilizados pela empresa e o ativo como sendo as aplicações destes recursos. Para isso, a peça contábil- financeira que mostra o que isso representa em termos de dinheiro movimentado no exercício é a DFC (demonstração dos fluxos de caixa), que mostra as fontes e aplicações que resultam na variação do saldo de caixa. Passou a ser divulgada pelas empresas a partir da Lei 11.638/07.

De acordo com Braga (2009), em função da necessidade dos usuários, analistas e investidores do mercado de valores mobiliários a legislação societária substituiu a DOAR (Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos) pela DFC (Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Sobre a Demonstração do Valor Adicionado afirma-se que:

A DVA evidencia quanto de riqueza uma empresa produziu, ou seja, quanto ela adicionou de valor a seus fatores de produção, e de que forma essa riqueza foi distribuída (entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital) e quanto ficou retido na empresa. (MARION, 2002, p. 69).

O mesmo autor afirma, ainda, que esta demonstração do ponto de vista macroeconômico é muito útil, pois, conceitualmente, o somatório dos valores adicionados ou agregados de um país representa seu PIB (Produto Interno Bruto).

De acordo com Braga (2009) a riqueza gerada pela empresa é o valor de suas vendas menos o custo dos bens e serviços por ela adquiridos, empregados na produção de seus bens e serviços. Sendo assim, a diferença entre o valor final das vendas e os materiais comprados para a produção é o valor adicionado gerado pela empresa.

## 2.4 ESTRUTURA DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Iudícibus (2010) ressalta que o Patrimônio Líquido evidencia recursos dos proprietários aplicados no empreendimento, sendo o investimento inicial denominado contabilmente de Capital, e se houverem outras aplicações por parte dos mesmos denominado acréscimo ao Capital.

O Patrimônio Líquido está composto pelo capital social representado pelo aporte dos acionistas, lucros acumulados, reservas de lucros, outras reservas e participação de minoritários. As reservas de lucros representam apropriações de resultados retidos de períodos anteriores ou atual. (MOURAD E PARASKEVOPOULOS, 2010).

Sobre a conta Reservas de Capital pode-se dizer que:

Até o advento da Lei nº 11.638/07, as doações e subvenções para investimento eram tratadas como reservas de Capital no Patrimônio Líquido. Pela nova sistemática, as doações e subvenções para investimento deverão passar pela Demonstração do Resultado do Exercício. Assim, este

acrécimo ao lucro (doações e subvenções para investimentos) poderá ser destinado para uma reserva específica de lucros, denominada de Reservas de Incentivos Fiscais. (IUDÍCIBUS, 2010, p. 37) .

O mesmo autor afirma que os prêmios na emissão de debêntures foram eliminados da conta Reserva de Capital, pois configura uma receita não realizada, que deveria ser classificada em conta de Receita Diferida, no grupo Passivo não Circulante, para apropriar ao resultado em função do prazo das debêntures, corrigindo assim uma distorção contábil contida na lei societária.

A conta de Reservas de Lucros abrange, além da Reserva Legal de 5% sobre o Lucro Líquido (obrigatória para as sociedades anônimas), outras contas de reservas, tais como as reservas estatutárias, orçamentárias e de lucros a realizar. As reservas para contingências foram criadas para precaução contra possíveis perdas futuras, cujos fatos geradores ainda não ocorreram. (IUDÍCIBUS, 2010)

Sobre a constituição da conta Reservas de Lucros, Iudícibus (2010) acrescenta que com a Lei nº 11.638/07 o cálculo da reserva de Lucros a Realizar fica assegurado apenas para pagamento de dividendo obrigatório. Poderá ser constituída no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do Lucro Líquido, destinando o excesso para a conta de Reservas de Lucros a realizar. Nesta conta também está sujeita a constituição o Resultado Líquido da Equivalência Patrimonial.

Sobre as ações em tesouraria pode-se dizer que:

Só em condições excepcionais as companhias podem adquirir suas próprias Ações. Quando isso ocorrer, deveremos destacá-las no Balanço Patrimonial como dedução da conta Patrimônio Líquido, que registra a origem dos recursos aplicados na sua aquisição. (IUDÍCIBUS, 2010, p. 31)

A seguir são apresentadas as mudanças ocorridas no Patrimônio Líquido.

## 2.5 AS MUDANÇAS NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Iudícibus et al (2010) definem Patrimônio Líquido como a diferença entre o valor dos ativos e dos passivos, que é o valor contábil pertencente aos acionistas ou sócios. Numa base de continuidade operacional, somente por coincidência o valor pelo qual será apresentado no balanço patrimonial será igual ao valor de mercado

das ações da companhia, ou igual à soma que poderia ser obtida pela venda dos ativos e liquidação de seus passivos isoladamente, ou da entidade como um todo.

Para Favero et al (2011), o que representa o Patrimônio Líquido são os recursos investidos pelos proprietários da empresa acrescidos ou reduzidos dos seus resultados obtidos. Também fazem parte do Patrimônio Líquido as contribuições, doações, ágio na emissão de debêntures e ações etc. Iudícibus (2010) ressalta ainda que o patrimônio líquido evidencia os recursos dos proprietários aplicados no empreendimento, sendo o investimento inicial denominado capital. Os rendimentos resultantes do capital são acrescidos com a denominação de lucro.

Segundo Greco, Gärtner e Arend (2009), a Lei nº 11.638/07 trouxe mudanças para o Patrimônio Líquido. A conta Reservas de Capital são valores, contribuições e bens recebidos dos proprietários e de terceiros que não representam receitas ou ganhos, não havendo tramitação pelas contas de Resultado e do Capital Social.

Algumas mudanças são as seguintes:

Com a nova lei, eliminam-se da Reserva de Capital, os “Prêmios na Emissão de Debêntures” (art. 10) – o prêmio recebido na emissão de debêntures normalmente faz parte das condições da sua negociação, em função da atratividade desse papel ou da sua precificação, como, por exemplo, a fixação da taxa de juros acima da média do mercado. Nesse caso, o prêmio recebido configura uma receita não realizada, que deveria ser classificada em conta de Receita Diferida, no grupo Passivo não Circulante, para apropriação ao resultado em função do prazo das debêntures e do reconhecimento também no resultado das despesas de juros. Ele corresponde, economicamente, a uma redução da taxa efetiva de juros dessa dívida. A nova lei veio dessa forma corrigir uma distorção contábil contida na lei societária. (IUDÍCIBUS, 2010, p. 37)

Iudícibus (2010) ainda diz que com esta lei deixa de existir na prática contábil brasileira a Reserva de Reavaliação, que eram as contrapartidas de aumentos de valor atribuídos a elementos do ativo em virtude de novas avaliações (valor de mercado). Era esporádica e ocorria quando o item do ativo estava registrado por um valor defasado do real, abandonando-se o custo histórico e atribuindo-se um novo valor econômico.

O mesmo autor ressalta que em substituição surge Ajustes de Avaliação Patrimonial onde serão classificadas, enquanto não computadas no resultado do exercício em função do Regime de Competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da

sua avaliação a preço de mercado como as aplicações em instrumentos financeiros e direitos e títulos de crédito, quando se tratar de aplicações destinadas a negociações. Inclui-se também as operações de incorporação, fusão e cisão.

De acordo com Greco (2009), os registros nas contas de Ativo e Passivo continuam a ser inicialmente pelo valor de custo, mas sempre que houver mudança no valor de mercado, superior ou inferior ao valor original, este deverá ser atualizado por meio da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial.

Sobre a composição do Patrimônio Líquido:

O artigo 178, no item *d* (Lei nº 11.638/07) diz que o Patrimônio Líquido é composto de Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados. Portanto, fica extinta a conta Lucros Acumulados, por não evidenciar uma definição do destino do lucro. Assim, para empresas que não estão sujeitas à Lei das Sociedades por ações esta conta permanece. (IUDÍCIBUS, 2010, P. 192).

A seguir será apresentado o conceito de Sociedade Anônima de Capital Aberto.

## 2.6 SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

De acordo com Ribeiro (2009) a S/A-Sociedade Anônima, ou companhia, regida pela Lei nº 6.404/76, é aquela que apresenta seu capital dividido em ações. Nesse tipo de sociedade, a responsabilidade de cada sócio ou acionista é limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas por ele.

A seguir outra definição para sociedade anônima:

Uma sociedade anônima (ou companhia) tem seu capital social expresso em ações, de mesmo valor nominal, as quais podem ser livremente negociadas no mercado. Nesta sociedade, o capital não é alocado a um sócio específico; aquele que possuir a maior quantidade de ações tem o seu controle. (ASSAF NETO, 2010, P. 11).

A sociedade anônima é considerada aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação em bolsa ou no mercado de balcão de acordo com o art. 4º da Lei nº 6.404/76 (RIBEIRO, 2009).



Assaf Neto (2010) ressalta também que somente o patrimônio da sociedade é atingido no caso de insolvência da companhia. Sobre a companhia de capital aberto afirma-se que:

A sociedade de capital aberto é uma consequência natural do estágio de desenvolvimento econômico que vive um país. Possui um número ilimitado de sócios e apresenta as melhores condições para uma fácil negociação de suas ações. Esses valores mobiliários constituem-se ainda em excelente alternativa de investimento, atraindo diferentes investidores e recursos para o mercado de capitais. (ASSAF NETO, 2010, P. 12).

Ribeiro (2009) ressalta que, para que a sociedade anônima possa distribuir seus títulos e valores mobiliários, como ações e debêntures, no mercado e negociá-los na bolsa ou no mercado de balcão, é preciso que ela esteja devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários.

Sobre a definição e atribuições da CVM:

A Comissão de Valores Mobiliários foi criada em 1976, através da Lei nº 6.385/76. Trata-se de uma entidade autárquica vinculada ao Ministério da Fazenda que, entre suas atribuições previstas na referida lei, tem competência para regulamentar, com observância da política definida pelo Conselho Monetário Nacional, as matérias previstas nessa norma e na Lei das Sociedades por Ações. A partir de então, a CVM, por delegação legal expressa, também passou a emitir pareceres, instruções e deliberações regulamentando a matéria contábil para as sociedades anônimas de capital aberto. (SCHMIDT, SANTOS E FERNANDES, 2006, p. 20)

Com este conceito encerra-se a revisão de literatura.

### **3 ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS EMPRESAS SELECIONADAS**

Neste capítulo serão apresentadas as principais mudanças que as companhias de capital aberto tiveram com a adoção dos IFRS, através do estudo de caso. Ainda serão abordados os reflexos obtidos através desta mudança e as considerações do autor.

Para o estudo de caso foram selecionadas as três maiores empresas em Patrimônio Líquido Legal no ano de 2010 de acordo com divulgação da Revista Exame, visto que no momento da pesquisa os dados de 2011 encontravam-se ainda indisponíveis. Na análise de cada uma das empresas utilizou-se os dados disponibilizados dos últimos 6 anos.

#### **3.1 PETROBRÁS – 1ª DO RANKING**

Inicialmente é apresentada a empresa Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás listada como primeira do ranking.

##### **3.1.1 Breve Histórico da Petrobrás**

A empresa Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás é uma sociedade anônima de capital aberto, cujo acionista majoritário é o Governo do Brasil, e atua como uma empresa de energia nos seguintes setores: exploração e produção, refino, comercialização e transporte de óleo e gás natural, petroquímica, distribuição de derivados, energia elétrica, biocombustíveis e outras fontes renováveis de energia.

A Petrobrás é líder do setor petrolífero brasileiro, sendo a maior empresa do Brasil e a terceira maior empresa de energia do mundo. Sua fundação ocorreu em 3 de outubro de 1953 pelo então Presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de executar as atividades do setor petrolífero no Brasil em nome da União. Sua instalação foi concluída no ano de 1954.

##### **3.1.2 Apresentação do Patrimônio Líquido de 2006 à 2011**

A partir dos dados disponibilizados o autor apresenta a seguinte tabela:

Tabela 1: Patrimônio Líquido da Petrobrás em milhares de reais

	BR GAAP			IFRS			
	Patrimônio líquido	2006	2007	2008	2009	2010	2011
CR	Capital realizado	48.263.983	52.644.460	78.966.691	78.966.691	205.357.000	205.380.000
CAC	Contribuição adicional de capital	-	-	-	-	(6.000)	563.000
RC	Reservas de capital	372.064	1.553.831	514.857	514.857	-	-
RR	Reserva de reavaliação	66.423	61.520	10.284	350	-	-
RL	Reservas de lucros	48.828.178	59.594.316	58.643.049	79.521.014	101.325.000	122.623.000
AAP	Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(405.863)	6.365	90.000	1.273.000
AAC	Ajustes acumulados de conversão	-	-	636.264	455.322	-	-
	Total do Patrimônio Líquido	97.530.648	113.854.127	138.365.282	159.464.599	310.225.000	332.224.000

Fonte: Bovespa

A Empresa foi auditada pela KPMG Auditores Independentes no período de 2006 à 2011.

### 3.1.3 Análise das Principais Alterações do Patrimônio Líquido com base no Balanço Patrimonial e nas notas explicativas

Neste estudo verifica-se que a partir do ano de 2008 houve a primeira adoção dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), quando aplicáveis, na elaboração das demonstrações contábeis, tendo refletido nos ajustes iniciais em 1º de janeiro de 2008 na conta de lucros acumulados sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações contábeis de 2007.

As demonstrações contábeis de 2008 incluem as alterações na legislação societária introduzida pela Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações contábeis.

O Capital Social Realizado (CR) é composto por ações ordinárias e ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal. As ações preferenciais terão prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, ou de 5% calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, prevalecendo sempre o maior, participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros. As ações preferenciais não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias e vice-versa.

Os ágios e deságios apurados nas aquisições de participações de acionistas não controladores durante o exercício de 2009 foram contabilizados como investimento. Para fins de IFRS, essas aquisições são consideradas transações com sócios, na qualidade de proprietário, portanto, o montante de R\$ 1.423 foi reconhecido como contribuição adicional de capital(CAC), no patrimônio líquido, conforme CPC 36 – Demonstrações Consolidadas (IAS 27).

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Os gastos com a emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como CAC, líquido de efeitos tributários.

Os saldos da conta Reservas de Capital (RC) referentes às doações e subvenções para investimento, em 31 de dezembro de 2007, serão mantidos no patrimônio líquido até a sua total utilização, na forma prevista na Lei 6.404/76. Nesta conta inclui-se também saldo de subvenções constituída pelo montante dos recursos provenientes do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) que são aplicados na aquisição, ampliação ou reparação da frota de navios, em conformidade com a Portaria do Ministério da Fazenda nº 188, de 27 de setembro de 1984.

A Reserva de Reavaliação (RR) foi constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, contabilizadas por controlada em conjunto e por coligadas de subsidiária, em exercícios anteriores. A Lei 11.638/07 não admite novas reavaliações espontâneas do ativo imobilizado. A Companhia optou por manter o saldo da RR de 31 de dezembro de 2007, até sua total realização.

A conta de Reserva de Lucros (RL) é constituída por Reserva Legal, Reserva Estatutária, Reserva de Incentivos Fiscais e Reserva de Retenção de Lucros. A Reserva Legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. A Reserva Estatutária é constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 55 do Estatuto Social da Companhia. A Reserva de Incentivos Fiscais é constituída mediante destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de

doações ou subvenções governamentais, apropriada no resultado do exercício em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, incluído pela Lei 11.638/07, a partir de 01 de janeiro de 2008. A Reserva de Retenção de Lucros é destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Para as operações de “*hedge*”(cobertura) de fluxo de caixa, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são registrados em Ajustes de Avaliação Patrimonial (AAP), no patrimônio líquido, até a sua liquidação.

Em 2008 surgiu a conta denominada Ajustes Acumulados de Conversão (AAC). As variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da controladora, passaram a ser registradas no patrimônio líquido, como AAC, sendo transferidas para o resultado quando da realização dos investimentos. Até 2007 o resultado do exercício era afetado pela variação cambial como equivalência patrimonial.

A nota explicativa 3.1 do ano de 2010 explica a seguir a adoção do CPC 37 sobre AAC:

A Companhia adotou o CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis (IAS 21) no exercício de 2008. Entretanto, devido a data do balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009, o saldo de ajustes acumulados de conversão existentes em 31 de dezembro de 2008 foi transferido para lucros acumulados no montante de R\$ 636, visando à equiparação à isenção do CPC 37 (IFRS 1) de não calcular retroativamente as variações cambiais de investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da Controladora.

Ainda sobre a AAC, a demonstração de resultado das investidas, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da controladora, passou a ser convertida pela taxa de câmbio média mensal, e os demais itens do patrimônio líquido passaram a ser convertidos pela taxa histórica. Nos anos anteriores para conversão destes itens era utilizada a taxa de câmbio do final do exercício. O ganho líquido de conversão do montante na controladora, resultante deste processo, foi apresentado como AAC, no patrimônio líquido.

Portanto, verifica-se que referentes as IFRS não há alterações nas contas de CR e RC. Já as contas CAC, RR, RL, AAP e AAC apresentaram modificações.

### 3.2 VALE S.A. – 2ª DO RANKING

A empresa Vale S.A. é a segunda empresa do ranking.

#### **3.2.1 Breve Histórico da Vale**

A empresa Vale S.A. é a segunda maior mineradora do mundo e a maior empresa privada da América Latina. Tem sua sede no Brasil e atuação em 38 países. É o maior produtor mundial de minério de ferro e o segundo maior produtor de níquel. Produz ainda cobre, carvão, manganês, ferro-ligas, fertilizantes, cobalto e metais do grupo da platina. Atua também no setor de Logística, Siderurgia e Energia.

A Vale foi criada pelo governo brasileiro em 1942. Em 1997, tornou-se uma companhia privada apostando na diversificação de seu portfólio de produtos.

#### **3.2.2 Apresentação do Patrimônio Líquido de 2006 à 2011**

A partir dos dados disponibilizados o autor apresenta a seguinte tabela:

Tabela 2: Patrimônio Líquido da Vale em milhares de reais

BR GAAP				IFRS					
	Patrimônio líquido	2006	2007	2008	2009		Patrimônio líquido	2010	2011
CS	Capital Social	19.492.000	28.000.000	47.434.000	47.434.000	AP	Ações preferenciais classe A - 7.200.000.000 ações autorizadas, sem valor nominal e 2.108.579.618 (2009 - 2.108.579.618) emitidas	19.650.000	29.475.000
						AO	Ações ordinárias - 3.600.000.000 ações autorizadas, sem valor nominal e 3.256.724.482 (2009 - 3.256.724.482) emitidas	30.350.000	45.525.000
						TCAO	Títulos obrigatoriamente conversíveis em ações ordinárias	445.000	360.000
						TCAP	Títulos obrigatoriamente conversíveis em ações preferenciais	996.000	796.000
						AT	Ações em tesouraria - 99.649.571 (2009 - 77.581.904) ações preferenciais e 47.375.394 (2009 - 74.997.899) ações ordinárias	(4.826.000)	(9.917.000)
RL	Reservas de lucros	19.606.000	25.966.000	39.948.000	46.802.000			72.487.000	78.105.000
CCR	Custo de Captação de Recursos	-	-	(161.000)	(161.000)			-	-
RCMA	Recursos Vinculados a futura conversão mandatária em ações	-	3.064.000	3.064.000	4.587.000			-	-
AAP	Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	8.000	(21.000)			(25.000)	220.000
AAC	Ajustes acumulados de conversão	-	-	5.982.000	(2.904.000)			(9.512.000)	(1.017.000)
ROAC	Resultado de operações com acionistas não controladores	-	-	-	-			685.000	(71.000)
RCEA	Resultado na conversão/emissão de ações	-	-	-	-			1.867.000	-
PANC	Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-			4.209.000	3.215.000
	Total do PL:	39.098.000	57.030.000	96.275.000	95.737.000			116.326.000	146.691.000

Fonte: Bovespa

A Empresa foi auditada pela Deloitte Touche Tohmatsu no período de 2006 à 2008 e pela PricewaterhouseCoopers de 2009 à 2011.

### **3.2.3 Análise das Principais Alterações do Patrimônio Líquido com base no Balanço Patrimonial e nas notas explicativas**

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei no. 11.638, alterada pela Medida Provisória - MP nº. 449, de 4 de dezembro de 2008 (agora Lei 11.941/09), que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essas Lei e MP, tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 565, a Vale adotou pela primeira vez integralmente e sem ressalva os dispositivos da Lei 11.638 e da Medida Provisória nº 449 para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008. As demonstrações contábeis de 2007, apresentadas de forma conjunta com as de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, vigentes até 31 de Dezembro de 2007, conforme permitido pelo pronunciamento técnico, CPC 13.

A IAS 1 sobre a Apresentação das Demonstrações Contábeis esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio líquido, na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011.

Sobre o Capital Social (CS), o Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado de 3.600.000.000 ações ordinárias e 7.200.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Em 31 de Dezembro de 2008, a Companhia, após a destinação do resultado do exercício, não apresenta excesso de Reservas de Lucros (RL) sobre o capital social.

Em 12 de Novembro de 2008 a CVM emitiu a Deliberação nº 556 aprovando o Pronunciamento Técnico CPC 08 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da contabilização dos Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Por essa Deliberação o Custo de Captação de Recursos (CCR) para o CS é registrado em conta específica retificadora do patrimônio líquido.



Em junho de 2007 a Companhia emitiu títulos mandatoriamente conversíveis em ações, líquidos de encargos e com vencimento em 2010. Esses títulos se enquadram como instrumento de capital, principalmente pelo fato de que não há opção, tanto por parte da Companhia quanto por parte dos titulares de liquidar, total ou parcialmente, a operação com recursos financeiros, sendo portanto, a conversão em ações compulsória e conseqüentemente foram reconhecidos contabilmente, líquidos dos encargos financeiros, como componente específico do Patrimônio Líquido denominada recursos vinculados a futura conversão mandatária de ações(RCMA). Em 2010 a conta denominada resultado na conversão/emissão de ações reflete a finalização da conta RCMA, apresentando o resultado da operação concluída.

Os investimentos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em conformidade com a Deliberação CVM nº 566. Conseqüentemente, excluídos ganhos e perdas não realizados, líquidos de impostos, quando aplicável, do resultado e reconhecidos na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) até que sejam realizados. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo ou passivo no balanço patrimonial e os mesmos são mensurados a valor de mercado. Mudanças no valor de mercado dos derivativos são registradas em cada período como ganhos no resultado ou AAP, dependendo da transação será caracterizada como um hedge efetivo, e tenha sido efetivo durante o exercício.

Em 29 de janeiro de 2008 a CVM emitiu a Deliberação CVM nº 534 aprovando o Pronunciamento Técnico CPC 02 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata dos Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Por esse pronunciamento, as variações cambiais dos investimentos em controladas e coligadas em moeda funcional diferente da moeda funcional da controladora, não devem, a partir de 2008, afetar o resultado do exercício, sendo registradas diretamente em conta transitória do patrimônio líquido, sob o título de Ajustes Acumulados de Conversão (AAC). A Companhia efetuou os ajustes referentes a essa nova prática. Esses efeitos estão apresentados no balanço patrimonial e no resultado do exercício na coluna de ajustes as novas práticas e impactaram negativamente o resultado da Companhia em R\$5.982 sendo substancialmente originados das variações cambiais da subsidiária Vale Inco.

A Companhia efetuou o registro inicial dos AAC, em 1º de janeiro de 2009, em lucros acumulados, aplicando na data de transição essa isenção a todas controladas, de acordo com o pronunciamento.

A Vale detém incentivos fiscais de isenção e de redução do imposto de renda. Os incentivos são calculados com base no lucro da exploração e levaram em conta níveis de produção reconhecida e incentivada para períodos definidos para cada produto e expiram de 2008 até 2013. Um montante igual ao obtido com a economia fiscal deverá ser apropriado a uma conta de reserva no patrimônio líquido e não poderá ser distribuído aos acionistas.

As ações preferenciais classe A (AP) possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração, e têm prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual de 6%, calculado sobre a parcela de capital constituída por esta classe de ações ou de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, o que for maior entre eles.

Dentro da conta denominada RL encontra-se a Reserva de expansão/investimento que tem como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido distribuído até o limite máximo do capital social. A Reserva Legal que constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do CS. E também, a Reserva de Incentivos Fiscais que resulta da opção de designar uma parcela do imposto de renda devido para investimentos em projetos aprovados pelo governo bem como incentivos fiscais.

A Companhia trata as transações com participação dos acionistas não controladores como operações com proprietários de ativos da entidade classificadas em resultado de operações com acionistas não controladores (ROAC). Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e o valor contábil da parcela adquirida dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações dos acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

No estudo desta Companhia verificou-se que a RL foi a única conta que não apresentou modificação, sendo que todas as outras contas apresentaram mudanças em função do IFRS.

### 3.3 ELETROBRÁS – 3ª DO RANKING

A empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobrás é a terceira empresa do ranking.

#### 3.3.1 Breve Histórico da Eletrobrás

A Eletrobrás é uma empresa de economia mista e de capital aberto. O governo federal possui 52% das ações ordinárias da companhia e, por isso, tem o controle acionário da empresa.

A criação da Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) foi proposta em 1954 pelo presidente Getúlio Vargas. O projeto enfrentou grande oposição e só foi aprovado após sete anos de tramitação no Congresso Nacional. Em 25 de abril de 1961, o presidente Jânio Quadros assinou a Lei 3.890-A, autorizando a União a constituir a Eletrobrás. A instalação da empresa ocorreu oficialmente no dia 11 de junho de 1962, em sessão solene do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), no Palácio Laranjeiras, no Rio de Janeiro, com a presença do presidente João Goulart.

A Eletrobrás recebeu a atribuição de promover estudos, projetos de construção e operação de usinas geradoras, linhas de transmissão e subestações destinadas ao suprimento de energia elétrica do país. A nova empresa passou a contribuir decisivamente para a expansão da oferta de energia elétrica e o desenvolvimento do país.

As reformas institucionais e as privatizações na década de 1990 acarretaram a perda de algumas funções da estatal e mudanças no perfil da Eletrobrás. Nesse período, a companhia passou a atuar também, por determinação legal e transitoriamente, na distribuição de energia elétrica, por meio de empresas nos estados de Alagoas, Piauí, Rondônia, Acre, Roraima e Amazonas.

Em 2004, a nova regulamentação do setor excluiu a Eletrobrás do Programa Nacional de Desestatização (PND). Atualmente, a companhia controla 12

subsidiárias, uma empresa de participações (Eletrobrás Eletropar), um centro de pesquisas (Eletrobrás Cepel, o maior do ramo no hemisfério Sul) e ainda detém metade do capital de Itaipu Binacional, em nome do governo brasileiro.

### 3.3.2 Apresentação do Patrimônio Líquido de 2006 à 2011

Tabela 3: Patrimônio Líquido da Eletrobrás em milhares de reais

BR GAAP				IFRS			
	Patrimônio líquido	2006	2007	2008	2009	2010	2011
CS	Capital Social	24.235.829	24.235.829	26.156.567	26.156.567	26.156.567	31.305.331
RC	Reservas de Capital	25.907.304	25.907.304	26.048.342	26.048.342	26.048.342	26.048.342
RR	Reservas de Reavaliação	230.538	208.109	196.906	179.427	-	-
RL	Reservas de Lucros	24.054.259	25.800.369	28.900.908	19.009.667	16.804.851	18.571.011
AAC	Ajustes acumulados de conversão	-	-	28.285	(15.043)	-	-
AFAC	Adiantamentos para futuro aumento de capital	3.407.858	3.811.625	4.287.353	4.712.825	-	-
AAP	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	163.335	220.915
DAP	Dividendo Adicional Proposto	-	-	-	-	753.201	706.018
ORA	Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	377.818	(8.108)
PANC	Participação de Acionistas Não controladores	-	-	-	-	226.296	358.812
	Total do Patrimônio Líquido	77.835.788	79.963.236	85.618.361	76.091.785	70.530.410	77.202.321

Fonte: Bovespa

A empresa foi auditada pela BDO Trevisan Auditores Independentes de 2006 à 2008 e pela PricewaterhouseCoopers de 2009 à 2011.

### 3.3.3 Análise das Principais Alterações do Patrimônio Líquido com base no Balanço Patrimonial e nas notas explicativas

As Demonstrações Financeiras são de responsabilidade da administração da Companhia e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/1976 e suas alterações posteriores, além de regulamentações e disposições complementares emanadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Lei 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007, e a Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 (posteriormente transformada na Lei 11.941/09), alteraram e revogaram dispositivos da Lei 6.404/76, objetivando a convergência futura das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC foi criado com a incumbência de editar os pronunciamentos técnicos de contabilidade em linha com as normas internacionais.

A Companhia adotou pela primeira vez os pronunciamentos emitidos pelo CPC, quando aplicável, na elaboração das Demonstrações Financeiras do exercício de 2008, de forma integral e sem ressalvas, tendo refletido os ajustes iniciais em 1º de janeiro de 2008, data de transição, conforme facultado pela Deliberação CVM 565/2008, na conta de lucros acumulados sem efeitos retrospectivos sobre as Demonstrações Financeiras de 2007 aqui apresentadas, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes até 31 de dezembro de 2007.

O Capital Social (CS) da Companhia em 31 de Dezembro de 2008 era de R\$ 26.156.567 mil e suas ações não têm valor nominal. As preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos, às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculado sobre o capital correspondente a cada classe de ações. O Capital Social está representado por 1.132.357.090 ações escriturais e está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações,

Conforme facultado pelo Pronunciamento CPC 13 – adoção inicial da lei 11.638/2007 e da medida provisória nº 449/2008, os saldos das Reservas de Capital (RC) – doações e subvenções para investimentos serão mantidos na conta até sua total utilização. Nesta conta também inclui-se o ágio na emissão de ações.

Em atendimento às novas regras contábeis instituídas fica proibida a reavaliação de ativos e o conseqüente reconhecimento de Reservas de Reavaliação (RR). A Companhia possui registro deste tipo de reserva decorrente de investimentos em coligadas avaliadas por equivalência patrimonial. Nesse sentido, a Companhia está seguindo os procedimentos adotados por suas coligadas Celpa e Cemat que realizaram, no passado, reavaliação do ativo imobilizado.

A parcela do lucro decorrente de incentivos fiscais foi totalmente destinada à Reserva de Lucros (RL) denominada Reserva de Incentivos Fiscais e excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

Ainda sobre RL, o Estatuto Social da companhia prevê a destinação de 50% do lucro líquido do exercício para a constituição de Reserva de Investimentos e de 1% para a Reserva de Estudos e Projetos, sendo sua constituição limitada a 75% e a 2% do capital social.

Houve a criação, no Patrimônio Líquido, de subgrupo de contas denominado Ajustes Acumulados de Conversão (AAC), destinado ao registro de efeitos decorrentes da variação de taxas de câmbio em investimentos e conversões de Demonstrações Financeiras apresentadas em moedas funcionais distintas da investidora.

Para fins de apuração da equivalência patrimonial e consolidação de investimentos mantidos em empresas com moeda funcional distinta da investidora, os ganhos e perdas decorrentes da variação cambial, quando da conversão das Demonstrações Financeiras para reais, de acordo com o CPC 2 são reconhecidos na rubrica AAC, no Patrimônio Líquido, sendo alocados ao resultado do exercício quando da alienação do investimento.

Em 2010 a Companhia optou por zerar os efeitos acumulados na data de transição para IFRS, decorrentes de conversão de Demonstrações Contábeis e transição ao IFRS, a Companhia reconheceu os AAC diretamente em conta específica do patrimônio líquido.

Sobre a conta denominada Adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) são adiantamentos de recursos recebidos do acionista controlador e destinados a aporte de capital, concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente atualizados pela taxa SELIC, de acordo com o decreto 2.673/98.

Em 2010 o AFAC que se encontrava classificado no patrimônio líquido foi reclassificado para o passivo não circulante, visto não atenderem as condições de classificação como instrumento de patrimônio conforme especificado no IAS 32.

Novo subgrupo do Patrimônio Líquido denominado Ajustes de Avaliação Patrimonial (AAP), conforme §3º do artigo 182 da Lei das S.A. 6.404/76, com

redação dada pela MP 449/08, no qual devem ser classificadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação ao valor justo.

Na conta AAP a Companhia reconhece o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são consideradas nesta conta os ganhos e perdas não realizadas em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados e referente ao efeito do hedge de investimento líquido.

Sobre o Dividendo Adicional Proposto (DAP) o estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do valor nominal do capital social relativo a essas espécies e classes de ações, prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

Alteração ao IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras" com relação a outros resultados abrangentes com vigência a partir de 1º de julho de 2012: a principal modificação resultante destes adendos foi a exigência de que as entidades agrupem os itens apresentados em outros resultados abrangentes com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para lucros ou perdas, subsequentemente (ajustes de reclassificação). As alterações não estabelecem quais itens devem ser apresentados em outros resultados abrangentes (ORA).

A conta ORA compreende itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado. Os componentes de ORA inclui ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido, ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior, ajuste de avaliação patrimonial relativo aos ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda e ajuste de avaliação patrimonial relativo à efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de hedge em hedge de fluxo de caixa.

A Companhia adota a prática de destaque da participação dos demais acionistas minoritários no Patrimônio Líquido através da conta Participação de Acionistas Não controladores (PANC).

Neste estudo de caso verificou-se que não houve modificação nas contas de CS, RC e RL decorrentes das IFRS. Apresentaram modificações as contas RR, AAC, AFAC, AAP, DAP, ORA e PANC.

### 3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DE CASO

Verificou-se que cada uma das três Companhias analisadas teve reflexos diferentes no Patrimônio Líquido decorrentes da adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS). Todas as três companhias adotaram as normas e pronunciamentos no ano calendário de 2008.

Abaixo apresenta-se um quadro resumo das alterações verificadas de 2006 á 2011 no Patrimônio Líquido das Companhias.

Quadro 1: Resumo das modificações encontradas.

EMPRESA	REFLEXO NO PL	ALTERAÇÃO
Petrobrás	CAC - Contribuição Adicional de Capital	Integra o PL como conta dedutiva o gasto na emissão de ações.
	RR - Reserva de Reavaliação	Não admite-se novas reavaliações do ativo imobilizado.
	RL - Reservas de Lucros	Integra Reserva de Incentivos Fiscais.
	AAP - Ajustes de Avaliação Patrimonial	Registra-se “hedge” de fluxo de caixa, ganhos e perdas das variações do valor justo, até sua liquidação.
	AAC - Ajustes Acumulados de Conversão	Contabiliza-se as variações cambiais dos investimentos em controladas e coligadas em moeda funcional diferente da moeda funcional da controladora.
Vale	CS - Capital Social	Mudança na estrutura.
	CCR - Custo de Captação de Recursos	Contabiliza-se o custo de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários – retificadora do PL.
	RCMA - Recursos Vinculados a futura conversão mandatória de ações	Criada em 2007, extinta em 2010.
	AAP - Ajustes de Avaliação Patrimonial	Registra-se “hedge” de fluxo de caixa, ganhos e perdas não realizados dos investimentos disponíveis para venda.
	AAC - Ajustes Acumulados de Conversão	Contabiliza-se as variações cambiais dos investimentos em controladas e coligadas em moeda funcional diferente da moeda funcional da



		controladora.
	ROAC - Resultado de operações com acionistas não controladores	Contabiliza-se transações com acionistas não controladores e ganhos ou perdas sobre alienações.
	RCEA - Resultado na conversão/emissões de ações	Criada em 2010 apartir da RCMA e CS.
	PANC - Participação de Acionistas Não Controladores	Criada em 2010.
Eletrobrás	RR - Reserva de Reavaliação	Não admite-se novas reavaliações do ativo imobilizado.
	AAC - Ajustes Acumulados de Conversão	Contabiliza-se as variações cambiais dos investimentos em controladas e coligadas em moeda funcional diferente da moeda funcional da controladora.
	AFAC - Adiantamentos para futuro aumento de capital	Reclassificado para o passivo não circulante.
	AAP - Ajustes de Avaliação Patrimonial	Registra-se "hedge" de fluxo de caixa, ganhos e perdas das variações do valor justo, até sua liquidação.
	DAP - Dividendo Adicional Proposto	Criada em 2010.
	ORA - Outros Resultados Abrangentes	Compreende itens de receita e despesa não reconhecidos na DRE.
	PANC - Participação de Acionistas Não Controladores	Criada em 2010.

Fonte: Elaborado pelo autor

Assim, encerra-se o estudo de caso do presente trabalho.

## 4 CONCLUSÃO

Para o equilíbrio da economia e sobrevivência das empresas o processo de convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) é fundamental, adquirindo a cada dia maior importância para a padronização das Demonstrações Contábeis.

Através da pesquisa realizada pelo estudo de caso das três Companhias percebe-se que houve mudança significativa na estrutura do Patrimônio Líquido com a adoção às Normas Internacionais de Contabilidade. Pelas notas explicativas cabe salientar que ainda haverá mudanças decorrentes desta padronização ao modelo internacional. As empresas fonte de pesquisa buscam a atualização constante das demonstrações contábeis e demais práticas conforme a Legislação em vigor.

A atualização dos profissionais de contabilidade deve ser constante pois a adequação às Normas Internacionais de Contabilidade ainda exige conhecimentos aprofundados e estudos intensos.

Como conclusão de pesquisa, entende-se que o objetivo geral deste trabalho, que era verificar e analisar os reflexos da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade- IFRS no patrimônio líquido das três maiores empresas brasileiras foi atingido. Verificou-se semelhança na adoção de algumas contas, e também exceção em cada uma das Companhias com contas criadas e adotadas particularmente devido a necessidade apresentada.

Os objetivos específicos também foram alcançados. Conseguiu-se fazer o levantamento bibliográfico adequado às mudanças apresentadas pelas Normas Internacionais de Contabilidade, identificaram-se quais as mudanças ocorridas nas contas do Patrimônio Líquido das três Companhias, apresentou-se a evolução da adoção das novas normas, bem como os reflexos obtidos.

Percebe-se através do estudo que a Reserva de Reavaliação causou impacto em duas das empresas, não sendo mais permitida a reavaliação espontânea de itens do ativo imobilizado, no entanto, o saldo foi mantido até sua total realização.

Através do surgimento da conta denominada Ajustes Acumulados de Conversão verificou-se que o resultado do exercício não é mais afetado pela variação cambial da equivalência patrimonial, pois esse registro passa a integrar o

Patrimônio Líquido com sua transferência para o resultado apenas quando da realização do investimento.

As limitações de tempo não permitiram que fosse possível realizar o estudo de um número maior de Companhias para melhor comparação, estudo e análise. Portanto sugere-se aos interessados no assunto, que seja realizado um estudo de mais Companhias, dando continuidade ao trabalho iniciado, posterior ao ano de 2011 acrescentando ao estudo os reflexos posteriores com as Normas Internacionais de Contabilidade.

## REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ATHAR, Raimundo Aben. **Introdução à Contabilidade**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

BOVESPA. Disponível em <<http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/Empresas-Listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em 07 junho 2012.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

FAVERO, Hamilton Luiz; LONARDONI, Mário; SOUZA, Clóvis de; TAKAKURA, Massakazu. **Contabilidade: teoria e prática**. v. 1. São Paulo: Atlas, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRECO, Alvíso Lahorgue; GÄRTNER, Günther; AREND, Lauro. **Contabilidade: teoria e prática básicas**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de balanços*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 5. ed.- 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

\_\_\_\_\_; MARTINS, Eliseu; SANTOS, Ariovaldo dos; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de metodologia científica*. 27.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Básica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOURAD, Nabil Ahmad; PARASKEVOPOULOS, Alexandre. **IFRS: introdução às normas internacionais de contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade intermediária**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, José Augusto de Souza. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves. **Fundamentos de contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Demonstrações financeiras: abrindo a caixa-preta: como interpretar balanços para a concessão de empréstimos**. São Paulo: Atlas, 1999.